INA formou seis mil funcionários públicos desde 2009

A formação centra-se em áreas como gestão, inovação, TI e inteligência emocional.

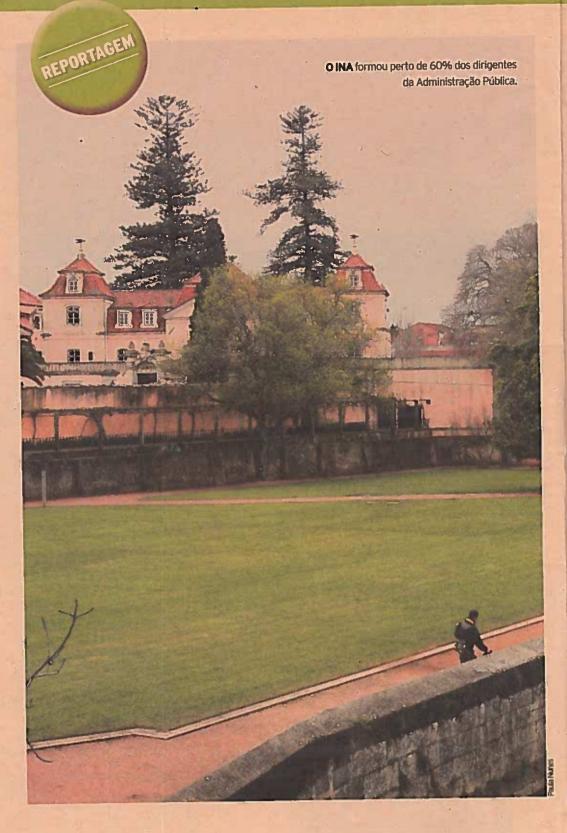
O Instituto Nacional da Administração Pública (INA) já formou perto de 60% dos dirigentes públicos. Desde 2009 foram seis mil os funcionários públicos que passaram pelas suas salas de aula presenciais e virtuais. A formação dos gestores públicos de quadros de referência é obrigatória por lei e foca-se em "áreas consideradas estratégicas, como sendo a gestão, a modernização e inovação administrativas, o recurso a tecnologias de informação, a igualdade de género ou a inteligência emocional", explica Mafalda Lopes dos Santos, a directora-geral do INA. E "as áreas temáticas mais procuradas ao nível de formação de dirigentes são sobretudo temas relacionados com a gestão organizacional, a contabilidade, as finanças e os assuntos jurídicos", revela.

Quanto às prioridades que definem o caminho da formação de lideranças na Administração Pública "estão necessariamente ligadas às orientações estratégicas definidas a nível governamental", adianta Mafalda Lopes dos Santos.

A formação no INA combina ensino presencial com seminários, e-learning (autoestudo) e ainda uma componente de actualização periódica. O Curso Avançado em Gestão Pública (CAGEP) é a formação do INA destinada a altos dirigentes, que totaliza 50 horas só de ensino presencial. Os dirigentes intermédios têm o Formação em Gestão Pública (FORGEP) que reúne 120 horas presenciais. Os futuros dirigentes e técnicos superiores frequentam o Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP), que atinge 330 horas presenciais.

A formação de dirigentes, como é designada a formação de executivos na Administração Pública, explica a directora-geral, foi alvo de regulamentação desde 2005, "tornando-se obrigatória para o exercício de cargos de direção superior (cargos de topo) e intermédia". Neste sentido, o INA - que pertence à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - é a entidade pública por excelência para a concepção e realização

"As áreas mais procuradas (...) são sobretudo temas relacionados com a gestão organizacional, a contabilidade, as finanças e os assuntos jurídicos", revela Mafalda Lopes dos Santos, directora-geral do INA.



de formação para dirigentes da Administração Central (seja directa ou indirecta).

Um dos princípios orientadores essenciais deste tipo de formação que é diferente da empresarial prende-se com a capacidade que os dirigentes público devem ter de ser "agentes dinamizadores da mudança", como lhe chama Mafalda Lopes dos Santos.

Modelo francês

A formação do INA decorre em vários locais e cobre transversalmente todas as áreas previstas na legislação, leccionando ainda formação à medida/por encomenda. Quanto ao modelo de enquadramento da formação de dirigentes públicos em Portugal é aproximado do modelo francês, "onde a capacitação é obrigatória, periódica e sucede à tomada de posse no car- numa política de meritocracia.

go. É ainda assente em princípios que reforcem capacidades em matérias consideradas estratégicas comuns a todos os gestores públicos", explica a directora-geral.

O modelo seguido pelos países anglo-saxónicos, por outro lado, pressupõe uma capacitação prévia ao exercício do cargo e baseia-se num enquadramento por perfis de competências, continua a directora-geral.

No que diz respeito ao caminho futuro, a tendência de evolução da formação de dirigentes no sector público, acrescenta a mesma responsável, "tenderá a seguir a via de uma maior profissionalização dos titulares de cargos públicos e de garantir alguns princípios basilares ao serviço público como sendo a transparência no acesso aos cargos assente